

## TRABALHO E SAÚDE: O SOFRIMENTO MENTAL DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

WORK AND HEALTH: THE MENTAL SUFFERING OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION TEACHERS

Lidiele Roque Bueno<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-5444-6118>

Vitória Hamdan Padilha<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-6697-2142>

Emily Letícia da Silveira Zanferari<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-4057-9884>

Susane Graup<sup>4</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-3389-8975>

### Resumo:

Este estudo teve por objetivo analisar a prevalência de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) e os fatores associados, considerando as características sociodemográficas e laborais dos professores da Educação Infantil que atuam na rede municipal de Uruguaiana/RS. É um estudo descritivo, com abordagem quantitativa. Os instrumentos aplicados para a coleta de dados foram o questionário sociodemográfico e o Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20). Participaram do estudo 123 docentes e 34,1% apresentaram sintomatologia sugestiva para DPM. Os sintomas apresentados pela maioria, indicam a presença de humor depressivo ansioso e queixas somáticas. Aspectos sociodemográficos como, renda familiar, percepção quanto a remuneração, não atingir 8 horas de sono, não fazer acompanhamento psicológico e fazer uso de psicofármacos apresentaram relação positiva para a ocorrência de sofrimento mental. O trabalho desempenhado por estes profissionais que atuam na educação infantil gera ansiedade, depressão e estresse. Por essa razão, são necessárias adoção de políticas públicas locais que assegurem ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, com características do modelo biopsicossocial, onde são considerados

<sup>1</sup> Mestre em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde e Residente no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Uruguaiana/RS, Brasil.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Uruguaiana/RS, Brasil.

<sup>3</sup> Residente no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Uruguaiana/RS, Brasil.

<sup>4</sup> Doutorado em Engenharia de Produção e Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Uruguaiana/RS, Brasil.

aspectos biológicos, mentais e sociais, visando o cuidado e o amparo em saúde mental aos docentes da educação infantil.

**Palavras-chave:** trabalho docente; saúde; educação infantil.

**Abstract:**

This study aimed to analyze the prevalence of Minor Psychic Disorders (MPD) and associated factors, considering the sociodemographic and work characteristics of Early Childhood Education teachers who work in the municipal network of Uruguaiana/RS. It is a descriptive study with a quantitative approach. The instruments applied for data collection were the socio-demographic questionnaire and the Self-Reporting Questionnaire (SRQ-20). 123 professors participated in the study and 34.1% had symptoms suggestive of MPD. The symptoms presented by the majority indicate the presence of anxious depressive mood and somatic complaints. Sociodemographic aspects such as family income, perception of remuneration, not reaching 8 hours of sleep, not undergoing psychological counseling and using psychotropic drugs were positively related to the occurrence of mental suffering. The work performed by these professionals who work in early childhood education generates anxiety, depression and stress. For this reason, it is necessary to adopt local public policies that ensure health promotion and disease prevention actions, with characteristics of the biopsychosocial model, where biological, mental and social aspects are considered, aiming at mental health care and support for teachers. of early childhood education.

**Keywords:** Teaching work; Health; Child education.

## INTRODUÇÃO

O trabalho pode ter diferentes representações na vida dos sujeitos, podendo ter caráter econômico, proporcionar sustento individual e familiar ou ainda atuar como mediador de integração social seja pelo seu poder de definir os grupos socioeconômicos ou pelo valor cultural que é capaz de proporcionar (BORSOI, 2007; HUEBRA *et al.*, 2018). Nesse sentido, o trabalho realizado em condições ambientais e sociais favoráveis pode ser coadjuvante à saúde física e mental do trabalhador, fonte de criação, prazer e realização (LIMA, 2003).

Quando observamos o trabalho docente, percebemos que estes profissionais enfrentam inúmeros desafios e assumem grandes responsabilidades. De acordo com Carlotto *et al.* (2019), a categoria profissional docente é considerada como uma das ocupações com maior risco de desgaste e de adoecimento, sendo que estudos desenvolvidos nas últimas décadas, têm apontado crescente adoecimento entre os docentes, destacando o sofrimento mental como uma das formas mais prevalentes (ALBUQUERQUE *et al.*, 2018; SOUZA; COUTINHO, 2018; TOSTES *et al.*, 2018).

A crescente incidência de sofrimento mental em docentes vem chamando a atenção de pesquisadores de diferentes áreas. Para caracterizar o sofrimento dos docentes, Tostes *et al.* (2018) refere em seus estudos que este pode ser manifestado por meio de um conjunto de sinais do corpo e da psique, como estresse, ansiedade, depressão e fadiga, sendo esses sintomas, caracterizados como Transtornos Mentais Comuns (TMC) (LUCCHESI *et al.*, 2014).

Os TMC também são conhecidos como distúrbios psíquicos menores (DPM), sendo descritos como um conjunto de sintomas neuróticos, como a insônia, a irritabilidade, a fadiga, o esquecimento, a dificuldade de concentração e as queixas somáticas (MONTEIRO *et al.*, 2019), mas que não preenchem critérios formais suficientes para diagnósticos de depressão e/ou ansiedade de acordo com as classificações do DSM-V (*Diagnostic and Statistical Manual of*

*Mental Disorders* - 5ª edição) (APA, 2014) e da CID-11 (Classificação Internacional de Doenças - 11ª revisão) (WHO, 2019).

A identificação de DPM traduz sinais de sofrimento e de potencial patologia psíquica nos docentes (MONTEIRO *et al.*, 2019), sendo que a literatura nacional tem apontado valores de prevalência entre 49,5% e 75,3% de acometimento entre os professores (BALDAÇARA *et al.*, 2015; MONTEIRO *et al.*, 2019; TOSTES *et al.*, 2018), dependendo das características da amostra analisada como a localização geográfica, rede de ensino, níveis de ensino em que trabalha e gênero.

Arantes e Lopes (2019) apontam que as altas prevalências de sofrimento mental, podem denunciar situações de trabalhos insalubres e crescente desvalorização social da área da educação e que tais resultados podem apontar para um cenário de saúde pública, demonstrando necessidade de aprofundamento dos estudos neste campo.

Nesse contexto, muitas são as situações vivenciadas pelos docentes que atuam na Educação Infantil e possivelmente são esses profissionais que estão mais adoecidos em função do grau de exigência daqueles para os quais prestam seu serviço (MONTEIRO *et al.*, 2019). Como exemplos, alguns aspectos estressantes relacionados ao trabalho são apontados por Martins *et al.* (2019) como a sobrecarga de responsabilidade pela qualidade do atendimento às crianças pequenas, as condições precárias das escolas infantis, a desvalorização profissional, a falta de demarcação clara entre as atividades de mulher, mãe e professora, as interpelações dos pais e o desprestígio por serem frequentemente remetidas à figura da babá, que não necessitaria de qualquer especialização para desempenhar seu trabalho. Para o autor, certamente esses aspectos, quando somados, podem contribuir em grande parte para o processo de adoecimento desses profissionais.

Durante o período pandêmico de Sars-Covid-19, as situações vivenciadas por estes profissionais podem ter contribuído para que os aspectos estressantes relacionados ao trabalho ampliassem devido ao trabalho pedagógico remoto emergencial que foi implantado, com o objetivo de diminuir a taxa de transmissibilidade da doença, mantendo todo o repertório pedagógico aos estudantes. Estudos relacionados à saúde docente são relativamente novos no Brasil, estando em evidência nos últimos anos, quando aumentaram os registros de afastamentos de sala de aula por motivo de doença (MARTINS *et al.*, 2017).

Considerando os diferentes níveis de ensino e suas particularidades, ainda são escassos os estudos que analisam a temática no cenário da Educação Infantil. Nesse sentido, conhecer os determinantes sociais de saúde é relevante não só para as doenças consideradas como graves, mas também para a implementação da promoção da saúde mental e prevenção das perturbações mentais (MARINHO ALVES; RODRIGUES, 2010). Diante destas informações, este estudo teve por objetivo analisar a prevalência de DPM e os fatores associados, considerando as características sociodemográficas e de trabalho dos professores da Educação Infantil da rede municipal de Uruguai/RS.

## MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa e que foi realizado com docentes da Educação Infantil do município de Uruguai/RS. Para efetivação da pesquisa, foram seguidas as observâncias éticas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, tendo a pesquisa

sido aprovada pelo Comitê de ética da instituição dos pesquisadores sob o parecer nº 32908620.5.0000.5353.

De acordo com as informações da Secretaria Municipal de Educação, 236 professores atuam nas escolas que possuem Educação Infantil no município, distribuídos em 23 escolas (16 específicas de educação infantil e de 7 de educação básica), sendo que todos, independentemente do modo de contratação ou tempo de trabalho, foram convidados a participar da pesquisa, por meio de redes sociais, e-mail e demais espaços de comunicação digital utilizados pelas escolas, sendo utilizado como critério de inclusão apenas o fato de ser professor(a) atuante na Educação Infantil da rede municipal de ensino. Os participantes responderam a um questionário eletrônico, separado em duas sessões. A primeira sessão continha questões sobre aspectos sociodemográficos, carga horária de trabalho semanal, tempo de sono, escolaridade, número de escolas que atua, entre outros.

Na sequência, a segunda parte era composta pelo Self-Report Questionnaire-20 (SRQ-20), um questionário recomendado pela Organização Mundial da Saúde, desenvolvido para avaliar a presença de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM), permitindo a detecção precoce de sinais e sintomas de comprometimento da saúde mental (WHO, 1975). O SRQ-20 se limita a detectar os níveis de alteração do funcionamento psíquico e não a realizar o diagnóstico. O ponto de corte utilizado para o estabelecimento de suspeição de distúrbios psíquicos menores foi de  $\geq 6$  respostas positivas para homens e de  $\geq 8$  para mulheres (MONTEIRO *et al.*, 2019).

A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril e maio de 2020 no início do período pandêmico de SARS-CoV-2 (Coronavírus). As aulas estavam temporariamente suspensas e ainda não havia iniciado as atividades remotas. A aplicação dos questionários foi realizada por meio de plataforma online criada exclusivamente para este fim e os participantes puderam responder às questões em qualquer horário que fosse conveniente aos mesmos. As informações coletadas foram devidamente registradas em um formulário pré-codificado, contemplando questões inerentes aos objetivos do estudo.

Para a análise dos dados foram utilizados procedimentos de estatística descritiva por meio de medidas de média, desvio padrão, frequências absolutas e relativas. Para a análise bivariada foi utilizado o Teste Qui-quadrado. Em todas as análises foi considerado o nível de significância de 5% ( $p < 0,05$ ) e intervalo de confiança de 95%, sendo realizadas por meio do programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 21.0.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 52,11% docentes ( $n=123$ ), dos quais 97,6% eram do sexo feminino e 54,5% possuíam até 40 anos de idade. A distribuição de frequência das características sociodemográficas e de características do trabalho dos professores avaliados está apresentada na Tabela 1, sendo possível identificar que 49,6% eram casados, 80,5% possuem filhos, 20% possui como carga horária de trabalho 20 horas semanais, 63,4% possui renda mensal entre 1 e 3 salários, 75,6% deles com vínculo de trabalho estável (efetivos e concursados).

Verificou-se que 86,2% ( $n=106$ ) eram professores Regentes de Sala (Pedagogia ou Curso Normal), 3,3% ( $n=04$ ) de Espanhol e 10,5% ( $n=13$ ) de Educação Física, sendo que 75,6% eram concursados. Aproximadamente um terço dos professores (30,1%) também exerciam atividades

laborais em outros locais. Além das atividades de ensino, 4,8% dos professores desenvolviam outra atividade remunerada fora da esfera da docência.

**Tabela 1** – Distribuição de frequência das características sociodemográficas e de trabalho dos professores avaliados

<b>Categoria</b>	<b>Variável</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sexo	Feminino	120	97,6
	Masculino	3	2,4
Faixa etária	>40 anos	67	54,5
	<40 anos	56	45,5
Estado Civil	Solteira(o)	26	21,1
	Casada(o)	61	49,6
	União estável	23	18,7
	Divorciada(o)/Separada(o)	11	8,9
	Viúva(o)	2	1,6
Escolaridade	Ensino médio	1	0,8
	Ensino superior incompleto	8	6,5
	Ensino superior	35	28,5
	Especialização	76	61,8
	Mestrado	3	2,4
Filhos	Sim	99	80,5
	Não	24	19,5
Quantidade de Filhos	Um filho	44	35,8
	Dois filhos	39	31,7
	Três filhos	13	10,6
	Quatro ou mais filhos	3	2,4
Tempo de trabalho na instituição	Até 5 anos	67	54,5
	Entre 5 e 10 anos	49	39,8
	Acima de 10 anos	7	5,7
Carga horária de trabalho	20 horas	64	52,1
	30 horas	2	1,6
	32 horas	1	0,8
	40 horas ou mais	56	45,5
Atividade laboral em outro local	Sim	37	30,1
	Não	86	69,9
Trabalho noturno	Sim	10	8,1
	Não	113	91,1
Renda mensal	Entre 1 e 3 salários	78	63,4
	De 4 a 6 salários	40	32,5
	De 7 a 10 salários	5	4,1
Satisfação quanto à remuneração	Bom	38	30,0
	Regular	70	56,9
	Ruim	15	12,2
Atinge 8 horas de sono	Sim	78	63,4
	Não	45	36,6

Faz acompanhamento psicológico	Sim	20	16,3
	Não	76	61,8
	Não tenho vontade	3	2,4
	Não, mas gostaria	24	19,5
Uso de psicofármacos	Sim	34	27,6
	Não	89	72,4

n= número de professores; %= percentual; IC= intervalo de confiança.

Fonte: elaborada pelas autoras com dados da pesquisa, 2021.

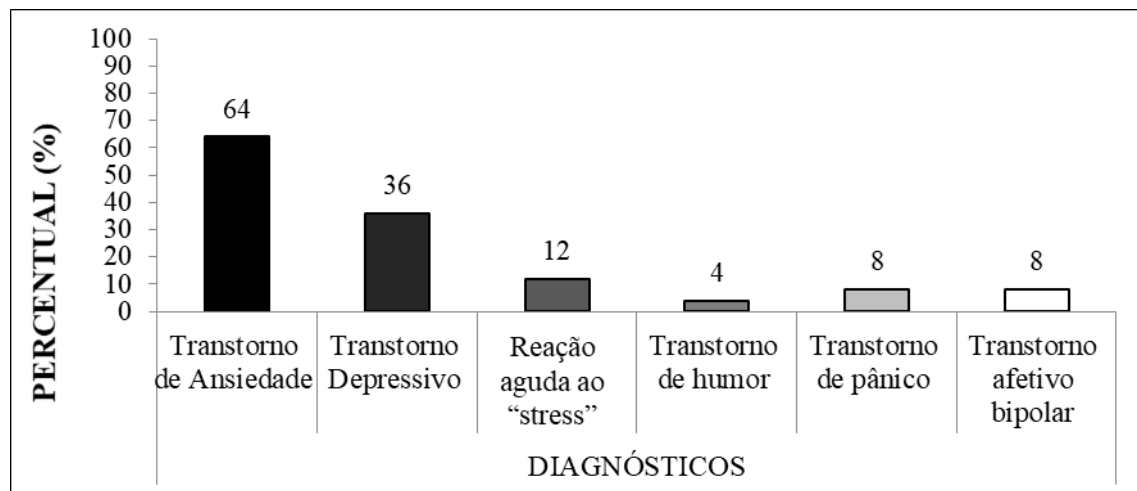
O ingresso dos professores da Educação Infantil ocorre por meio de concurso público de provas e títulos, obedecendo à determinação do art. 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996), porém, no ano de 2019 foram contratados docentes através de processo seletivo simplificado (PSS 71/2019), por tempo determinado, no qual foram criadas vagas para atuação de docentes especializados nas áreas de Educação Física e Espanhol. A educação infantil municipal era até então dominada em sua maioria por docentes com formação no magistério e em pedagogia.

Quanto às atribuições profissionais e regime de trabalho é bastante similar entre as duas formas de contratação, diferindo apenas nas questões salariais, nas quais os contratados recebem menores salários. Vale destacar que o município realiza ajustes anuais respeitando o piso nacional dos professores, mas este não é estendido aos profissionais oriundos de processo seletivo para professores temporários (URUGUAIANA, 2019).

Considerando a formação dos professores, 92,7% possuíam nível superior. A presença de muitos docentes com ensino superior completo ou em formação demonstra a busca por ascensão profissional dentro da carreira através da continuação dos estudos. Nesse sentido, o plano de carreira vem garantir esta possibilidade de crescimento profissional, pessoal e também financeiro, pois a cada progressão funcional na carreira é acrescido um percentual no salário do docente, sendo garantido apenas aos concursados conforme descrito na Lei 4.111/2012 (URUGUAIANA, 2012), onde se estabelece o plano de carreira do magistério público municipal.

Destaca-se também, que 27,6% (n=34) dos docentes relataram fazer uso de psicofármacos (Tabela 1), sendo a maioria deles da classe dos benzodiazepínicos. Estes fármacos são depressores do Sistema Nervoso Central (SNC) que possuem ação ansiolítica, sedativa, miorelaxante e anticonvulsivante (CARDOSO; NUNES; MOURA, 2019).

Quando questionado sobre o fato de possuírem algum diagnóstico relativo a problemas de saúde mental, 20,3% dos professores responderam positivamente. A Figura 1 apresenta a distribuição de frequência desses diagnósticos, sendo possível identificar que a maioria apresenta transtorno de ansiedade (64%). Ainda é possível perceber que 36% dos avaliados informaram que possuem Transtorno Depressivo. Vale destacar que 32% desses professores informaram possuir mais de um diagnóstico.

**Figura 1** – Distribuição de frequência dos diagnósticos apresentados pelos professores (n=25)

Fonte: elaborada pelas autoras com dados da pesquisa, 2021.

A distribuição de frequência das respostas sobre o sofrimento psíquico de professores está apresentada na Tabela 2, sendo possível identificar que 34,1% dos professores apresentaram Distúrbios Psíquicos Menores (DPM). A investigação sobre a presença de DPM entre os professores destaca uma proporção considerável de adoecimento numa população relativamente jovem, com queixas importantes relacionadas ao funcionamento psíquico, como cansaço mental e nervosismo. A prevalência de DPM encontrada no presente estudo foi superior à apresentada por De Araújo e Carvalho (2009), num estudo realizado com diferentes amostras de professores, no qual os professores da rede pública municipal de Salvador, incluindo a Educação Infantil, apresentaram 22,5% de TMC.

Embora nossos resultados sejam preocupantes, alguns autores apontam prevalências ainda maiores de sofrimento psíquico entre os professores (DE OLIVEIRA; LEITE, 2012; REIS *et al.*, 2005). Nessa perspectiva, o estudo Reis *et al.* (2005) com docentes da pré-escola e do ensino fundamental, da rede municipal de Vitória da Conquista/BA, evidenciou que 55,9% dos avaliados apresentavam DPM. Essa divergência pode ser justificada pelas características da amostra, na qual a carga horária semanal era superior (> de 30 horas de trabalho), bem como, o número de filhos (2 filhos), demonstrando uma exigência maior em relação ao trabalho docente e à demanda familiar.

Sousa e Guedes (2016) referem que a dupla responsabilidade acaba por exigir muito das mulheres, chegando ao ponto que estas duas demandas, ou seja, a profissional e a pessoal geram tensão e conflito na vida das mesmas. Também, Batista *et al.*, (2009) corroboram no que tange o duplo papel das mulheres, que ao assumirem a construção social do papel de privilegiar o cuidado do outro e não cuidado de si, passam a apresentar ansiedades, frustrações, angústias relacionadas à vida e ao trabalho, podendo ocorrer adoecimento, principalmente os transtornos mentais.

Seguindo ainda na questão da duplicidade de papeis, Biondo e Cardoso (2017) ressaltam a dificuldade em separar alguns aspectos envolvendo o trabalho desempenhado pelos docentes, pois o mesmo, entrelaça a tarefa de educar com o cuidado parental e a introdução de valores morais. Os autores afirmam que o constante aumento de responsabilidades faz com que os mesmos tenham menos tempo para o autocuidado, destacam ainda, que o cuidar na educação infantil exige tensão emocional, atenção, dedicação e entrega por parte destes profissionais.

Considerando as frequências de respostas de acordo com o grupo de sintomas, é possível perceber que as maiores frequências de respostas foram nas categorias Humor depressivo-ansioso e Sintomas somáticos (Tabela 2). Dentre as respostas é possível destacar que 73,2% sentem-se nervosos, tensos ou agitados e 55,3% sentem dores de cabeça frequentemente, 43,1% dorme mal e 43,9% se cansa com facilidade. As questões menos apontadas foram aquelas classificadas dentro do grupo de pensamentos depressivos (Tabela 2).

**Tabela 2** – Frequência de respostas do SRQ-20 distribuídas em quatro grupos de sintomas (n=123)

<b>Grupo de Sintomas</b>	<b>Questões do SRQ-20</b>	<b>Sim n(%)</b>	<b>Não n (%)</b>
<b>Humor Depressivo- Ansioso</b>	Assusta-se com facilidade?	52 (42,3)	71 (57,7)
	Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado(a)?	90 (73,2)	33 (26,8)
	Tem se sentido triste ultimamente?	49 (39,8)	74 (60,2)
	Tem chorado mais do que costume?	31 (25,2)	92 (74,8)
<b>Sintomas Somáticos</b>	Você tem dores de cabeça frequente?	68 (55,3)	55 (44,7)
	Tem falta de apetite?	14 (11,4)	109 (88,6)
	Dorme mal?	53 (43,1)	70 (56,9)
	Têm tremores nas mãos?	23 (18,7)	100 (81,3)
	Tem má digestão?	51 (41,5)	72 (58,5)
	Têm sensações desagradáveis no estômago?	52 (42,3)	71 (57,7)
<b>Decréscimo de Energia Vital</b>	Têm dificuldades de pensar com clareza?	37 (30,1)	86 (69,9)
	Encontra dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias?	48 (39,0)	75 (61,0)
	Tem dificuldades para tomar decisões?	41 (33,3)	82 (66,7)
	Tem dificuldades no serviço (seu trabalho é penoso, lhe causa- sofrimento)?	13 (10,6)	110 (89,4)
	Sente-se cansado(a) o tempo todo?	40 (32,5)	83 (67,5)
	Você se cansa com facilidade?	54 (43,9)	69 (56,1)
<b>Pensamentos Depressivos</b>	É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida?	13 (10,6)	110 (89,4)
	Tem perdido o interesse pelas coisas?	30 (24,4)	93 (75,6)
	Você se sente uma pessoa inútil, sem préstimo?	8 (6,5)	115 (93,5)
	Tem tido ideia de acabar com a vida?	4 (3,3)	119 (96,7)
<b>Sofrimento Mental</b>	-	42 (34,1)	81 (65,9)

Fonte: elaborada pelas autoras com dados da pesquisa, 2021.

Em relação ao grupo de sintomas aferidos, nossos resultados vão ao encontro do estudo de Reis *et al.* (2005), no qual as professoras da pré-escola e do ensino fundamental, da rede municipal de Vitória da Conquista/BA que foram avaliadas, apresentavam maiores manifestações de sintomas relacionados ao humor depressivo (se sentir nervoso, tenso ou agitado; assustar-se com facilidade; se sentir triste ultimamente) e aos sintomas somáticos (dormir mal; ter dores de cabeça frequentemente; ter sensações desagradáveis no estômago).

De acordo com o DSM-V (APA, 2014) o transtorno depressivo com característica ansiosa deve apresentar ao menos dois ou mais sintomas presentes durante a maioria dos dias de um episódio depressivo, tais como, tensão, inquietude, dificuldade de concentração, medo e sensação de perder o controle sobre si mesmo. Cabe ressaltar, que altos níveis de ansiedade, associados ao

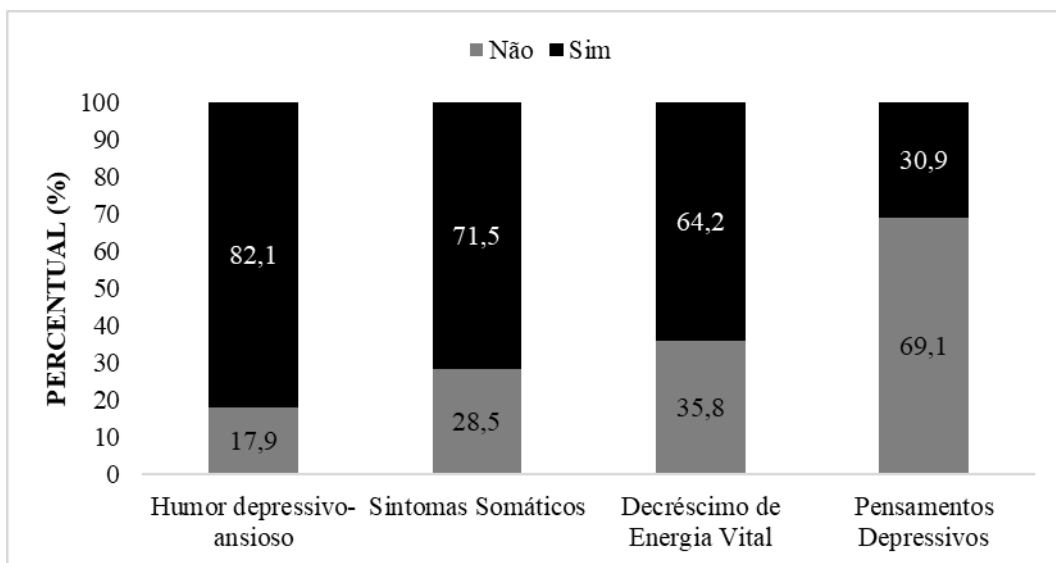


transtorno depressivo maior estão relacionados ao risco de suicídio, maior duração de doenças e tratamento não responsivo (APA, 2014, p.184).

Referente a categoria dos sintomas somáticos, no DSM-V (APA, 2014) são queixas físicas recorrentes que não podem ser explicadas por uma condição médica ou outro transtorno psiquiátrico, e esses sintomas causam sofrimento significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas da vida.

Considerando os sintomas, a Figura 2 apresenta a distribuição de frequências de professores que apresentaram ao menos uma resposta positiva em cada grupo de sintomas, evidenciando que o mais frequente fora o Humor Depressivo-ansioso (82,1%).

**Figura 2** – Distribuição de frequência dos professores que apresentaram ao menos uma resposta positiva nos quatro grupos de sintomas (SRQ-20)



Fonte: elaborada pelas autoras com dados da pesquisa, 2021

Como observado por Lyra (2008), alguns fatores dificultam a comparação dos resultados entre as prevalências encontradas em diferentes contextos, como a diversidade de instrumentos para aferição de transtornos mentais, variados pontos de cortes adotados para o SRQ-20, diferentes populações e cenários estudados.

Nos estudos de Porto *et al.* (2006) houve percepções quanto ao período de coletas, no qual ocorreu ao final do ano, onde provavelmente os docentes estavam sobrecarregados com as demandas do próprio trabalho, acrescentando-se as tensões acumuladas ao longo do ano, influenciando nos resultados observados (PORTO *et al.*, 2006). Diferente deste estudo, que foi coletado no início do semestre letivo, onde as crianças ainda estavam em adaptação escolar e o mesmo foi abruptamente interrompido devido ao período pandêmico de Sars-Covid-19.

A Tabela 3 mostra a associação entre a prevalência de DPM com as variáveis analisadas, sendo possível perceber que houve associação significativa com a renda familiar, a percepção salarial, o tempo de sono, o acompanhamento psicológico e com o uso de psicofármacos ( $p < 0,05$ ).

**Tabela 3** – Dados sociodemográficos e associação com casos suspeitos de distúrbios psíquicos menores

entre os docentes, 2020 (n=123)

VARIÁVEL	DISTÚRBIOS PSÍQUICOS MENORES		p
	Sim n(%)	Não n(%)	
<b>Sexo</b>			0,976
Feminino	41 (97,6)	79 (97,5)	
Masculino	1 (2,4)	2 (2,5)	
<b>Faixa etária</b>			0,116
Até 40 anos	27 (64,3)	40 (49,4)	
Acima de 40 anos	15 (35,7)	41 (50,6)	
<b>Estado civil</b>			0,417
Solteira(o)	7 (16,7)	19 (23,5)	
Casada(o)	20 (47,6)	41 (50,6)	
União estável	9 (21,4)	14 (17,3)	
Divorciada(o)/Separada(o)	6 (4,9)	5 (4,1)	
Viúva(o)	0 (0,0)	2 (2,5)	
<b>Escolaridade</b>			0,675
Ensino médio	1 (2,4)	0 (0,0)	
Ensino superior incompleto	3 (7,1)	5 (6,2)	
Ensino Superior	13 (31,0)	22 (27,2)	
Especialização	24 (57,1)	52 (64,2)	
Mestrado	2 (2,5)	2 (2,5)	
<b>Filhos</b>			0,925
Sim	34 (81,0)	65 (80,2)	
Não	8 (19,0)	16 (19,8)	
<b>Quantidade de filhos</b>			0,176
Nenhum	8 (19,0)	16 (19,8)	
Um filho	13 (31,0)	31 (38,3)	
Dois filhos	13 (31,0)	26 (32,1)	
Três filhos	8 (19,0)	5 (6,2)	
Quatro filhos ou mais	0 (0,0)	3 (3,7)	
<b>Carga horária na instituição</b>			0,390
20 horas	20 (47,2)	44 (54,3)	
30 horas	0 (0,0)	2 (2,5)	
32 horas	1 (2,4)	0 (0,0)	
40 horas ou mais	21 (50,0)	35 (43,2)	
<b>Trabalho noturno</b>			0,684
Sim	38 (90,5)	75 (92,6)	
Não	4 (9,5)	6 (7,4)	
<b>Renda familiar</b>			0,057*
Entre 1 e 3 salários mínimos	32 (76,2)	46 (56,8)	
Entre 4 e 6 salários mínimos	10 (23,8)	30 (37,0)	
Entre 7 e 10 salários mínimos	0 (0,0)	5 (6,2)	
<b>Percepção quanto à remuneração</b>			0,024*
Bom	8 (19,0)	30 (37,0)	
Regular	25 (59,5)	45 (55,6)	
Ruim	9 (21,4)	6 (7,4)	
<b>Atinge 8 horas de sono</b>			<0,001*
Sim	17 (40,5)	61 (75,3)	
Não	25 (59,5)	20 (24,7)	
<b>Faz acompanhamento psicológico</b>			<0,001*
Sim	11 (26,2)	9 (11,1)	
Não	15 (35,7)	61 (75,3)	
Não tenho vontade	1 (2,4)	2 (2,5)	
Não, mas gostaria	15 (35,7)	9 (11,1)	

<b>Uso de psicofármacos</b>			<0,001*
Sim	20 (47,6)	14 (17,3)	
Não	22 (52,4)	67 (82,7)	

Fonte: elaborada pelas autoras com dados da pesquisa, 2021. \*Valor estatisticamente significativo.

Em relação à renda familiar, 76,2% dos professores que apresentaram DPM, possuíam renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos. Tendo em vista, que estes dados também demonstram a precarização e a desvalorização destes profissionais, que além de incutir um sentimento de não reconhecimento, em termos salariais, acabam levando muitos docentes a assumirem outras atividades em outras instituições (como docente ou não) para complementar a renda pessoal e/ou familiar (TIBÃES *et al.*, 2019). Ainda de acordo com o mesmo autor, assumir jornadas extras de trabalho pode repercutir nas condições de saúde destes trabalhadores, deixando-os mais propensos ao adoecimento físico e mental.

A percepção dos profissionais a respeito da remuneração recebida também se destaca na Tabela 3, apresentando associação significativa entre a percepção e a presença de DPM ( $p=0,024$ ). No estudo desenvolvido por Ramos *et al.*, (2016) no qual foram entrevistados professores que atuavam nos estados do Pará, Amapá e Maranhão e que atuavam em escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, destacaram que 43% destes profissionais estão insatisfeitos com os seus salários, destacando ainda, que este aspecto foi associado pelos participantes da pesquisa ao sentimento de desvalorização da profissão e de falta de melhores políticas públicas de remuneração docente. Esta percepção também foi apontada por Tibães *et al.*, (2019) em seus estudos, como mencionado anteriormente. Há indícios que receber baixos salários potencializa o surgimento de DPM.

Na amostra estudada foi encontrada associação entre horas de sono atingidas (8 horas) e presença de DPM. Observa-se que entre os sujeitos que não possuem DPM, 75,3% conseguem atingir 8 horas de sono diárias. Nesse cenário, Sousa *et al.*, (2018) afirmam que é necessário considerar que o trabalho docente e todos os processos e interações que envolvem o mesmo, mudou significativamente os padrões de sono desses profissionais e, conseqüentemente, levou ao aumento dos níveis de estresse, comprometendo a saúde e o bem-estar dos mesmos. Ainda, os autores complementam que as situações típicas das atividades laborais e o meio onde estão inseridos influenciam os hábitos de sono dos docentes, o que pode levar ao aumento dos níveis de estresse no trabalho.

Ainda considerando a questão relativa ao sono, o estudo desenvolvido por Sousa *et al.* (2018), investigou sobre o estresse ocupacional e a qualidade do sono em 24 docentes da área da saúde, 63,2% apresentaram baixo nível de estresse e 57,9%, baixa qualidade do sono, sendo essa mais afetada pela sonolência diurna, distúrbios do sono e duração do sono. Os autores concluíram que, quanto maior o nível de estresse ocupacional apresentado pelo docente, pior a qualidade do sono relacionada ao uso de medicações para dormir.

Embora o estudo de Sousa *et al.*, (2018) possua amostra com características diferentes, o mesmo corrobora com os achados desta pesquisa. Além disso, nosso estudo foi realizado durante o período pandêmico, o que ratifica modificações na qualidade do sono, como Morin *et al.*, (2020) propuseram em seu estudo, demonstrando aumento na incidência de estresse e ansiedade, atrelado a distúrbios do sono durante a pandemia de COVID-19. É importante destacar que a qualidade e a

duração do sono possuem uma relação positiva com as respostas imunológicas, assim, prevenindo diversas patologias (CRUZ; MIYAZAWA; GOZAL, 2020).

É possível perceber neste estudo que apenas 26,2% dos professores que apresentaram DPM, faziam acompanhamento psicológico ( $p < 0,001$ ). Nesse sentido, De Oliveira e Leite (2012) evidenciaram em seus estudos um expressivo número de professores, que atuavam no ensino fundamental com diagnóstico relacionado à saúde mental, que não respeitavam o horário de uso de medicamentos e que não faziam acompanhamento médico regular (Depressão 59% e Transtorno do pânico 62%). Algumas hipóteses elencadas pelos mesmos autores, referem que estas escolhas poderiam estar ligadas à sobrecarga de atividades, dificuldade de se afastar das atividades laborais para se deslocar ao médico, desinformação sobre os agravos de saúde e sua prevenção e presença de pouco autocuidado (DE OLIVEIRA; LEITE, 2012).

Outros autores sustentam a ideia de que no mundo do trabalho existe uma tendência em rejeitar o sofrimento e esse movimento contribui para discriminação, estigma e exclusão de trabalhadores, permitindo a medicalização das manifestações do sofrimento por meio da prescrição indiscriminada de antidepressivos e ansiolíticos (BRANT; MINAYO-GOMEZ, 2004).

Constatamos também a associação significativa entre uso de psicofármacos e a presença de DPM ( $< 0,001$ ). Corroborando com os nossos achados, o estudo desenvolvido por Deffaveri, Méa e Ferreira (2020), onde participaram 200 professores da educação básica de uma cidade do norte do estado do Rio Grande do Sul, 48,3% da rede pública e 17,2% da rede pública/privada faziam uso de psicofármacos, sendo que o antidepressivo era o mais utilizado.

Cenci (2004) afirma que a conduta dos profissionais de saúde acaba por legitimar a doença por meio do uso da medicação. Dessa forma, a medicação legitima o sofrimento, contribuindo para a aceitação social de que o depressivo é doente. Embora a adoção de medicamentos esteja muito presente na perspectiva médica tradicional, é importante que outros profissionais, como o psicólogo, façam parte do tratamento (CAVALHEIRO; TOLFO, 2011), fornecendo assim, outros meios de suporte biopsicossocial aos profissionais que se encontram nesta situação.

Ainda considerando a Tabela 3, é possível observar resultados similares ao estudo de Reis *et al.* (2005), que não identificou associação significativa entre a presença de DPM com a idade, escolaridade, estado conjugal e ter filhos. Entretanto, os resultados obtidos neste estudo, ratificam investigações anteriores, demonstrando um cenário de adoecimento mental entre professores da educação infantil, evidenciando questões de ansiedade, depressão e estresse. Sendo esta condição desfavorável ao desempenho profissional e às interações entre docentes e alunos, influenciando o processo de ensino-aprendizagem de escolares.

Assim como nos estudos desenvolvidos por Arantes e Lopes (2019), onde destacaram a importância de considerar algumas variáveis de risco para o adoecimento desta categoria, tais como, pertencer ao sexo feminino, atuar no nível de ensino infantil (pré-escola), possuir entre 06 e 10 anos de experiência, ter entre 20 e 29 anos, dedicar-se 30 horas semanais e atuar exclusivamente como professor.

Por fim, algumas limitações precisam ser consideradas, como o tamanho da amostra deste estudo, pois não houve adesão máxima de docentes e ao analisar outras pesquisas o percentual de profissionais com acometimento psíquico não permite o alargamento da hipótese para toda a

população. Além disso, as coletas foram realizadas durante o período pandêmico de SARS-CoV-2 (Coronavírus), dificultando o contato direto com os docentes e certamente refletiu diretamente nos resultados apresentados.

Vale destacar que as coletas foram realizadas em um período em que os docentes estavam se adaptando frente ao cenário pandêmico, o que pode ser também uma limitação do presente estudo, sendo que nesse período os docentes necessitaram buscar ferramentas para melhorar e potencializar suas competências e habilidades, dedicaram tempo para o preparo de atividades adaptadas para a realidade da comunidade escolar, o que refletiu, invariavelmente, na extensão da jornada que dividiu espaço com o tempo de descanso, com o convívio familiar ou da realização de afazeres domésticos.

Devido a interrupção abrupta das aulas, os docentes e as crianças tiveram que adaptar-se ao novo cenário que exigiu perspicácia, criatividade e adaptação ao uso massivo de tecnologia. O uso de novas ferramentas digitais foi necessário para (re)aproximar as famílias, crianças e docentes, e, também, facilitar o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil.

Sabe-se que os sintomas de sofrimento psíquico são transitórios e existem períodos escolares em que a carga de atividade docente aumenta e, conseqüentemente, potencializa os fatores estressantes ao professor (LYRA, 2008). Seguir proporcionando às crianças experiências que valorizem o protagonismo infantil através de instruções via grupos de WhatsApp, Google Meet ou material impresso, também pode acentuar diversos fatores estressantes neste grupo observado.

Acrescenta-se ainda, que não houve comparação com os docentes da rede privada, para potencializar essas diferenças ou aprofundar a hipótese como algo de grupo social e não somente de redes de ensino, demonstrando mais uma limitação deste estudo. Apesar destas limitações, neste estudo há uma prevalência considerável de Distúrbios Psíquicos Menores entre os docentes da Educação Infantil da rede municipal, corroborando com outros achados na literatura.

Haja visto que existem pesquisas com docentes do ensino fundamental, médio e superior sobre essa temática, ainda são escassas aquelas com docentes do ensino infantil para que possamos analisar as peculiaridades de cada nível de ensino e compararmos aos resultados encontrados.

## CONCLUSÃO

Evidenciou-se, com a presente investigação, que a prevalência de casos indicativos de distúrbios psíquicos menores é elevada entre os professores e que há indícios da associação dessa prevalência com algumas variáveis sociodemográficas e de saúde. Renda familiar, percepção quanto a remuneração, não atingir 8 horas de sono, não fazer acompanhamento psicológico e fazer uso de psicofármacos apresentaram relação positiva para a ocorrência de sofrimento mental. Embora somente essas variáveis tenham apresentado resultado estatisticamente significativas, existem fatores ocupacionais que não dependem exclusivamente desses profissionais e que levam à sobrecarga de atividades, estresse e dificuldades para implementar ações de autocuidado.

Os transtornos mentais ou Distúrbios Psíquicos Menores, sobretudo quadros de ansiedade e de depressão, têm sido um dos maiores responsáveis pelo afastamento de professores por conta dos problemas de saúde. A decorrência é que o adoecimento não acomete exclusivamente o

profissional docente. A escola como um todo, pode contribuir diretamente no adoecimento deste profissional e, também, refletir negativamente nas relações interpessoais entre os demais profissionais e alunos.

Considerando-se as características e o contexto em que se insere esta categoria profissional é necessário o desenvolvimento de ações governamentais e medidas voltadas à prevenção e promoção, com características do modelo biopsicossocial, onde são considerados aspectos biológicos, mentais e sociais, visando o cuidado e o amparo em saúde mental aos docentes da educação infantil. Espera-se ainda, que esse estudo possa contribuir para um olhar sobre o trabalho docente e os processos que envolvem o adoecimento ocupacional da categoria e que sejam realizados novos estudos visando à compreensão dos motivos desta elevada prevalência e esclarecer as associações evidenciadas.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN Psychiatric Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, Fifth Edition (DSM-5). Arlington: American Psychiatric Publishing, 2013.

ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti ; LIRA, Lucas Nathã Almeida; SANTOS JUNIOR, Isaías; CHIOCHETTA, Ricardo Luiz; PERNA, Paulo de Oliveira; SILVA, Marcelo José de Souza. Exploração e sofrimento mental de professores: um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 16, n. 3, 2022.

ARAÚJO, Tânia Maria de; CARVALHO, Fernando Martins. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: Estudos epidemiológicos. **Educ. Soc.**, Campinas, vol 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago. 2009.

BALDAÇARA, Leonardo; SILVA, Alvaro Ferreira; CASTRO, José Gerley Diaz; SANTOS, Gessi de Carvalho Araújo. Sintomas psiquiátricos comuns em professores das escolas públicas de Palmas, Tocantins, Brasil. Um estudo observacional transversal. **São Paulo Medical Journal**, 133(5), 435–438, 2015.

BATISTA, Jaqueline Brito Vidal; CARLOTTO, Mary Sandra; COUTINHO, Antonio Souto; NETO, Francisco Dantas Nobre; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Saúde do professor do ensino fundamental: uma análise de gênero. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, 17(3) : 657-674, 2009.

BIONDO, Carla Cristina; CARDOSO, Jorge Manoel Mendes. Síndrome de Burnout: reflexões sobre o contexto de trabalho docente na educação infantil. **UNINGÁ Review**. Vol.29, n.2, pp.93-99, jan–mar, 2017.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **Psicologia e Sociedade**, (SPEC. ISS.), 103–111, 2007.

BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMEZ, Carlos. A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(1), 213–223, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no 9.394, 1996.

CARDOSO, Jafé da Silva; NUNES, Claudio Pinto; MOURA, Juliana Silva. Adoecimento Docente: Uma breve análise da saúde de professores do município de Medeiros Neto/Ba. **Revista Teias**, 20(57), 125–140, 2019.

CARLOTTO, Mary Sandra; CAMARA, Sheila Gonçalves; BATISTA, Jaqueline Vidal; SCHNEIDER, Gabriela Azeredo. Prevalência de afastamentos por transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho em professores. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p.19-32, jan./jun. 2019

CAVALHEIRO, Gabriela; TOLFO, Suzana da Rosa. Trabalho e depressão: um estudo com profissionais afastados do ambiente laboral. **Psico-USF**, 16(2), 241–249, 2011.

CENCI, Cláudia Mara Bosetto. Depressão e contexto de trabalho. **Aletheia**. V.19, 31-44, jan./jun. 2004.

CRUZ, Miguel Meira e; MIYAZAWA, Masaaki; GOZAL, David. Putative contributions of circadian clock and sleep in the context of SARS-CoV-2 infection. **European Respiratory Journal**, 55(6), 1–7, 2020.

DEFFAVERI, Maiko; MÉA, Cristina Pilla Della; FERREIRA, Vinícius Renato Thomé. Sintomas de ansiedade e estresse em professores da educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 813-827, jul./set. 2020.

DE OLIVEIRA, Leandro Romani; LEITE, José Roberto. O perfil da saúde dos educadores: evidenciando o invisível. **Retratos da Escola**, 6, 463–477, 2012.

HUEBRA, Patrícia da Mata, RIBEIRO, Carolina Amorim; CRESCENCIO, Larissa Nogueira; SAMPAIO, Rayanne Magjon; SILVA, Rebeca Muniz Gomes; MARTINS, Wendy Shayane; DAMASCENO, Marcio Rocha . II Jornada da Iniciação Científica da FACIG. IV Seminário Científico da FACIG. Condições de Saúde Mental e Física do Trabalhador, 1–10, 2018.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. A polêmica em torno do nexos causal entre distúrbio mental e trabalho. **Psicologia em Revista**, 10(14), 82–91, 2003.

LUCCHESI, Roselma; SOUSA, Kamilla; BONFIN, Sarah do Prado; VERA, Ivania; SANTANA, Fabiana Ribeiro. Prevalência de transtorno mental comum na atenção primária. **ACTA Paulista de Enfermagem**, 27(3), 200–207, 2014.

LYRA, Gabriela Franco Dias. A relação entre professores com sofrimento psíquico e crianças escolares com problemas de comportamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2008.

MARINHO ALVES, Ana Alexandra; RODRIGUES, Nuno Filipe Reis. Determinantes sociais e económicos da Saúde. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, 28(2), 127–131, 2010.

MARTINS, Maria de Fátima Duarte; ARAÚJO, Tania Maria; VIEIRA, Jarbas Santos; MEIRELES, Janaina Barela. Educação Infantil e saúde das professoras: estudos que se aproximam ao tema. **Revista Eletrônica de Educação**, 13(2), 712–725, 2019.

MONTEIRO, Janine Kieling; BRUN, Luciana Gisele; SANTOS, Anelise Scheurich; TUNDIS, Amanda Gabriela Oliveira; CARDON, Sani Belfer. Distúrbios Psiquiátricos Menores e Fatores Associados em Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul/Brasil. **Contextos Clínicos**, 12(3), 2019.

- MORIN, Charles Morin; CARRIER, Julie; BASTIEN, Célyne; GODBOUT, Roger. Sleet and circadian rhythm in response to the COVID-19 pandemic. **Canadian Journal of Public Health**, 111 : 654-657, 2020.
- PORTO, Lauro Antonio; CARVALHO, Fernando Martins; OLIVEIRA, Nelson Fernandes; NETO, Annibal Muniz; ARAÚJO, Tania; REIS, Edurado José Farias dos; DELCOR, Núria Serre. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. **Revista de Saúde Pública**, 40(5), 818–826, 2006.
- RAMOS, Maély Ferreira Holanda; FERNANDEZ, Ana Patrícia; FURADO, Karla Cristina; RAMOS, Edson Marcos Leal; SILVA, Simone Souza; PONTES, Fernando Augusto Ramos.. Satisfação no trabalho docente: Uma análise a partir do modelo social cognitivo de satisfação no trabalho e da eficácia coletiva docente. **Estudos de Psicologia**, 21(2), 179-191, 2016.
- REIS, Eduardo José Farias Borges dos; CARVALHO, Fernando Martins; ARAÚJO, Tania Maria; PORTO, Lauro Antonio; NETO, Annibal Muniz. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 21(5), 1480–1490, 2005.
- SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyego Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, 30(87), p. 123-139, 2016.
- SOUSA, Aline Rodrigues; SANTOS, Rayane Bezerra; SILVA, Rodrigo Marques da; SANTOS, Carla Chiste Tomazoli; LOPES, Victor Cauê; MUSSI, Fernanda Carneiro. Estresse ocupacional e qualidade do sono em docentes da área da saúde. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 19, p. e33088, 2018.
- SOUZA, Edna Maria Rodrigues de; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Adoecimento das professoras das primeiras letras em Olinda: sintomas, queixas e diagnósticos. **Educação em Revista**, 34(0), 2018.
- TIBÃES, Paula Camelo; CAVALCANTI, Carina Barata; BEZERRA, Eduardo Breno; MEDEIROS, Bruno. A relação entre trabalho e saúde mental em professores universitários substitutos. **Revista Trabalho (En)Cena**, 4(2), 430–450, 2019.
- TOSTES, Maiza Vaz; ALBURQUERQUE, Guilherme Souza; SILVA, Marcello José de Souza e; PETTERLE, Ricardo Rasmussen. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em Debate**, 42(116), 87–99, 2018
- URUGUAIANA, Prefeitura Municipal de. Lei no 4111, Plano de carreira do magistério público municipal de Uruguaiana, 2012.
- URUGUAIANA, Prefeitura Municipal de. Edital n.o ed 074/2019 - PSS 71, p.1–7, 2019.
- WORLD Health Organization. Expert Committee on Mental Health. Organization of mental health services in developing countries: sixteenth report of the WHO Expert Committee on Mental Health. Geneva: World Health Organization, 1975.
- WORLD Health Organization. ICD-11 implementation or transition guide. Geneva: WHO. 2019. License: CC BY-NC.



Recebido em: 06 de maio de 2023

Aprovado em: 16 de agosto de 2023